



**Ata da Reunião Extraordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Alcool do município de São Paulo - COMUDA.**

**Dia 07 de junho de 2022, das 09h às 12h.**

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital Microsoft Teams.

**LISTA DE PRESENÇA**

**Conselheiros presentes**

	<b>Nome/E-mail</b>	<b>Instituição</b>
<b>1</b>	Alcione Moreno <a href="mailto:alcionem@uol.com.br">alcionem@uol.com.br</a>	Fundação Porta Aberta
<b>2</b>	Amanda Cardoso Silva <a href="mailto:amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br">amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal do Esporte
<b>3</b>	Bruno Saraiva Santana	Secretaria Municipal de Cultura
<b>4</b>	Carolina Jessica de Silva Salado <a href="mailto:csalado@crefito3.org.br">csalado@crefito3.org.br</a>	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO-3
<b>5</b>	Cecilia Galicio Brandão <a href="mailto:ceciliagalicio@hotmail.com">ceciliagalicio@hotmail.com</a>	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da Sociedade civil
<b>6</b>	Claudia Ruggiero Longhi <a href="mailto:claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br">claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
<b>7</b>	Cristiano Avila Maronna <a href="mailto:cmaronna@msm.adv.br">cmaronna@msm.adv.br</a>	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP
<b>8</b>	Danilo Polverini Locatelli <a href="mailto:danilo.locatelli@uol.com.br">danilo.locatelli@uol.com.br</a>	Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
<b>9</b>	Décio Perroni Ribeiro Filho <a href="mailto:dpfilho@prefeitura.sp.gov.br">dpfilho@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

10	Guilherme Euripedes Silva Ferreira geuripedes@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
11	Guilherme Trevisan Kortas gtkortas@gmail.com	Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
12	Isabel Figueiredo Pereira de Souza ifpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
13	Marcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
14	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)
15	Maria Izabel Fernandes belfernandes@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
16	Regiane Cristina Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS/SP
17	Renato Viterbo renatoviterbo103@gmail.com	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
18	Ricardo Luiz Iasi Moura ricardomoura@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria de Governo
19	Silvia de Oliveira Santos Cazenave silviacazenave@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRF/SP
20	Vera Lucia Bagnollesi vbagnolesi@sp.gov.br	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público

#### Conselheiros ausentes (com justificativa)

Nome/E-mail		Instituição
1	Cecília Motta cecimotta@uol.com.br	Projeto Quixote

#### Conselheiros ausentes (sem justificativa)

Nome/E-mail		Instituição
1	Euclides Conradim econradim@prefeitura.sp.gov.br	Secretária Municipal de Segurança Urbana
2	Felipe Becari Comenale	Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher

3	Francisca Henrique de Oliveira francisca.oliveira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
4	Guilherme Peres Messas <a href="mailto:gmessas@gmail.com">gmessas@gmail.com</a>	Comitê de Regulação do Álcool - Santa Casa
5	Ricardo Abrantes do Amaral ricardo.amaral@hc.fm.usp.br	Conselho Regional de Medicina de São Paulo – CREMESP
6	Vanessa Santos vanessa.s@aliancasocial.org	Associação Aliança de Misericórdia

#### 1. ABERTURA E INFORMES (14:15/14:45)

- a) Acompanhamento do Inquérito Civil;
- b) Reuniões Presenciais;

O presidente **Marcos Muniz** inicia a reunião lembrando a reunião havida no dia 13/05, na Secretaria de Direitos Humanos, que motivou a chamada da reunião extraordinária, havida no dia 19/05, onde foi realizada uma ampla escuta de todos os Conselheiros e Conselheiras, com a conclusão de que estão sendo violados direitos humanos. Em termos propositivos, a reunião motiva a retomada do GT Faces da Violência, que, como proposto pela Lucia Sdoia, presidente do CONED, tem como objetivo apresentar propostas de curto, médio e longo prazo para a Cracolândia, antes de outubro (eleições).

**Cecilia Galicio** ressalta que da última reunião havida (19/05), até hoje, o COMUDA participou da reunião do CONDEPE, tendo como representante Marcos Muniz, acompanhou a oitiva do Sr. Secretário Municipal de Assistência Social, Dr. Carlos Bezerra Júnior – dia 23 de maio, às 14 horas, na verdade o secretário não compareceu e enviou três representantes. Na sequência, as oitivas seguintes (Oitiva do Secretário Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zamarco, do Comandante da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, Sr. Agapito Marques e do Dr. Arthur Guerra, coordenador técnico do programa “Redenção”). Também justifica a ausência das atas para os Conselheiros tendo em vista que estamos sem secretaria executiva, o que pretendemos resolver ainda hoje nesta reunião. Informa também o retorno das reuniões presenciais, ou seja, a partir do dia 07/06, voltaremos a nos reunir presencialmente, em local que será informado na convocação.

**Jorge Artur** se coloca para informar que está na articulação do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em articulação com os Fóruns Regionais, mormente o Fórum da Sé, para indicar colegas que acompanhem a questão da Cracolândia da Luz, haja visto narcotráfico e a prostituição como as piores formas de exploração do trabalho infantil. Informa que assim que tiver a data da reunião, informará aos demais colegas. **Maria Angélica** pede a palavra para informar sobre a realização da Marcha da Maconha, que será no dia 11/06, na Av. Paulista, lembrando que o Coletivo É de Lei estará presente com uma kombi, para servir de suporte aos pacientes, integrantes da ala medicinal da Marcha. **Cecilia Galicio** pede a palavra novamente para informar do evento “Fortalece COMAD’s”, a ser realizado no dia 26/07, a partir das 9:00, até as 16:00; reforça necessidade de integramos o GT Faces da Violência, pelo que, **Cristiano Maronna** pede explicações do GT. **Vera Bolognesi** esclarece a função do GT com contribuições de **Décio Peroni**. **Cristiano Maronna** se coloca para participar do GT, bem como **Maria Angélica**, que será convidada como participante, tendo em vista que a Maria Angélica não compõe o COMUDA como conselheira, pelo que, o Conselho concorda e irá encaminhar o convite para participação da interessada. Após as explicações e narrativas, se colocam como interessados e serão indicados pelo COMUDA para participar do GT Faces da Violência os seguintes: **Cecilia Galicio, Carolina Salado, Décio Perroni, Cristiano Maronna e Maria Angélica**, como convidada.

**Décio** relembra que temos que anunciar nossos representantes no GT Cracolândia na Comissão Interdisciplinar de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, formado por iniciativa do atualmente vereador Eduardo Suplicy, da vereadora Erika Hilton, da deputada estadual Janaina Paschoal, havido de uma audiência pública realizada em outubro do ano passado, entre a Câmara Municipal (através da Comissão de Direitos Humanos -SMDH) e a Assembleia Legislativa, com a participação de importantes representantes da sociedade, para discutir a Cracolândia, e que agora foi retomada por conta da operação Caronte, sendo que a próxima reunião deste GT deve acontecer no dia 23/06. Oficialmente, recebemos e-mail para indicar 2 representantes, **Marcos Muniz e Cristiano Maronna** declaram seu interesse. Após algumas discussões, fica definido que acompanharão pelo COMUDA os seguintes conselheiros: **Marcos Muniz, Cecilia Galicio e Cristiano Maronna**.

## 2. ELEIÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA (14:45-15:15)

**Cecilia Galicio** inaugura o ponto da reunião lembrando da importância de termos uma secretaria executiva, e indica **Carolina Salado**. Na sequência, **Ricardo Luis Iasi Moura** se

coloca como candidato ao cargo. **Carolina Salado** pede a palavra e apresenta a todos sua experiência e interesse em integrar a coordenação executiva como contribuição para a sociedade da atuação dos conselhos profissionais. Tendo em vista haver dois interessados, chegou-se à conclusão de que, tendo dois candidatos, proceder-se-á a votação entre os dois conselheiros, sendo aberto o processo eletivo. **Ricardo Luis Iasi Moura** se apresenta seu currículo para o conselho, colocando sua experiência e atuação em diversos setores. Iniciado o pleito, os conselheiros presentes votaram que assim ficou:

<b>Voto</b>	<b>Conselheiro</b>	<b>Entidade</b>
<b>CAROLINA</b>	Alcione Moreno <a href="mailto:alcionem@uol.com.br">alcionem@uol.com.br</a>	Fundação Porta Aberta
<b>CAROLINA</b>	Amanda Cardoso Silva <a href="mailto:amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br">amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal do Esporte
<b>RICARDO</b>	Bruno Saraiva Santana	Secretaria Municipal de Cultura
<b>CAROLINA</b>	Carolina Jessica de Silva Salado <a href="mailto:csalado@crefito3.org.br">csalado@crefito3.org.br</a>	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO-3
<b>CAROLINA</b>	Cecilia Galicio Brandão <a href="mailto:ceciliagalicio@hotmail.com">ceciliagalicio@hotmail.com</a>	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da Sociedade civil
<b>RICARDO</b>	Claudia Ruggiero Longhi <a href="mailto:claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br">claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
<b>CAROLINA</b>	Cristiano Avila Maronna <a href="mailto:cmaronna@msm.adv.br">cmaronna@msm.adv.br</a>	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP
<b>CAROLINA</b>	Danilo Polverini Locatelli <a href="mailto:danilo.locatelli@uol.com.br">danilo.locatelli@uol.com.br</a>	Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
<b>RICARDO</b>	Décio Perroni Ribeiro Filho <a href="mailto:dpfilho@prefeitura.sp.gov.br">dpfilho@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
<b>RICARDO</b>	Guilherme Euripedes Silva Ferreira <a href="mailto:geuripedes@prefeitura.sp.gov.br">geuripedes@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
<b>ABSTENÇÃO</b>	Guilherme Trevisan Kortas <a href="mailto:gtkortas@gmail.com">gtkortas@gmail.com</a>	Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas - Faculdade de

		Medicina da Universidade de São Paulo
<b>RICARDO</b>	Isabel Figueiredo Pereira de Souza <a href="mailto:ifpereira@prefeitura.sp.gov.br">ifpereira@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
<b>RICARDO</b>	Marcia Helena Matsushita <a href="mailto:mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br">mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria Municipal de Educação (SME)
<b>CAROLINA</b>	Marcos Muniz de Souza <a href="mailto:mmuniz.souza@gmail.com">mmuniz.souza@gmail.com</a>	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)
<b>CAROLINA</b>	Maria Izabel Fernandes <a href="mailto:belfernandes@saopaulo.sp.leg.br">belfernandes@saopaulo.sp.leg.br</a>	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
<b>CAROLINA</b>	Regiane Cristina Ferreira <a href="mailto:regiane@cress-sp.org.br">regiane@cress-sp.org.br</a>	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS/SP
<b>RICARDO</b>	Renato Viterbo <a href="mailto:renatoviterbo103@gmail.com">renatoviterbo103@gmail.com</a>	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
<b>RICARDO</b>	Ricardo Luiz Iasi Moura <a href="mailto:ricardomoura@prefeitura.sp.gov.br">ricardomoura@prefeitura.sp.gov.br</a>	Secretaria de Governo
<b>CAROLINA</b>	Silvia de Oliveira Santos Cazenave <a href="mailto:silviacazenave@gmail.com">silviacazenave@gmail.com</a>	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRF/SP
<b>RICARDO</b>	Vera Lucia Bagnollesi <a href="mailto:vbagnolesi@sp.gov.br">vbagnolesi@sp.gov.br</a>	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público

Após a devida conferência e recontagem, são 10 votos para Carolina, 9 votos para o Ricardo e 1 abstenção, **tendo sido eleita como Secretária Executiva, a conselheira Carolina Jéssica da Silva Salado, representante do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO-3.**

### 3. PROPOSTA DO COMUDA PARA A CRACOLÂNDIA – AMPLA ESCUTA (15:15-17:00)

**Cecilia Galicio** faz uma introdução do tema da pauta, lembrando que aqui vamos expor as propostas do COMUDA como resposta aos recentes acontecimentos na Cracolândia,

estando abertas as inscrições e falas, de 5 minutos, para que possamos ouvir todos os que quiserem se manifestar.

- **Cristiano Maronna:** aponta a avaliação de que a política do município para intervenções com pessoas em uso de álcool e outras drogas baseado em violência é fadada ao fracasso e sem efetividade nenhuma, insistir nisso é colher os mesmos resultados: estamos vendo a repressão penal como forma de coerção para que as pessoas adiram a tratamentos involuntários. O papel do município na política de drogas é atenção, cuidado e oferta em saúde e assistencial social tendo como limites os direitos humanos, seres humanos que devem ser tratados nesta medida. Falta uma política efetiva de atenção, o que temos visto é o foco na violência (guarda civil agredindo pessoas, mortes, etc), como a crônica de uma tragédia anunciada. A internação não pode ser o foco central de uma política pública, temos que buscar alternativas a esse retorno ao passado. O COMUDA tem que pensar fora da caixinha, temos que pensar em espaços na cidade onde o uso de drogas é supervisionado. Ao invés de reprimir, assistir, acolher, orientar e tentar fugir da armadilha da politização da Cracolândia como mercadoria política. Temos que pensar nas pessoas e como ofertar as políticas públicas. Não dá para ter como foco central o “tirar de circulação” e o confinamento. A internação é sempre uma exceção. Sugere que nós conselheiros passemos a discutir a criação de um território de uso assistido. Reforça que a dependência em álcool e outras drogas não é crime e é possível sustentar juridicamente esta posição. Existem caminhos para além da tortura, da violência e coisificação dessas pessoas.

Seguindo, o conselheiro **Ricardo Iasi** reitera que as críticas construtivas e debates são muito importantes. Refere que no que tange aos usuários, a Prefeitura oferta tratamento, assistência social e inclusão produtiva e o tráfico de drogas é uma problemática enfrentada pela segurança pública do Estado, tendo sido feita através da operação Caronte da Polícia Civil para combater as organizações criminosas armadas que exploram os usuários da região que se encontram em situação de vulnerabilidade. Lembra que desde o início da referida operação, mais de 100 traficantes foram presos; todas pessoas foram levadas prontamente ao Judiciário e mantidas as respectivas prisões. Informa que a operação realizada especificamente em 11/05/2022 foi programada com cautela e estrutura de planejamento para assegurar o cumprimento de ordens judiciais, a partir do trabalho de inteligência e investigação realizados. Como resultado trouxe a desarticulação desses criminosos que se valiam dos usuários como escudos humanos. Conta que os usuários deixaram o local e, sem a atuação dos criminosos, eles se mostram mais receptivos às ofertas de tratamento e atendimento por parte dos agentes municipais. O conselheiro pontua mais uma vez alguns

dados positivos recentes da atuação da Prefeitura, como encaminhamentos aos SIATs II aumentou em 5 vezes entre janeiro a abril; a secretaria municipal de saúde havia encaminhado 27 pessoas a esses serviços em janeiro, dando um salto para 133 usuários encaminhados em abril; entre janeiro e abril, as abordagens das equipes de assistência social aumentaram em 35% (janeiro 3029 e março 4103 abordagens); encaminhamentos para leitos hospitalares teve um aumento de 18 vezes. Afirma que esse aumento de tratamento e atendimento está relacionada diretamente à redução do número de usuários que se encontravam na Al. Cleveland e agora não mais. Ressalta que está prevista a disponibilização de mais 50 vagas em SIATs III até agosto de 2022. A Prefeitura ampliou em 50% o efetivo das equipes de Consultório na Rua, sendo que no mês de maio foram 10 novas equipes na região do Glicério, Santa Cecília e Bom Retiro. Finaliza sua fala que esses são os aspectos positivos da atual política municipal de álcool e outras drogas que ele queria destacar.

**Michel (Plataforma Brasileira de Política de Drogas)**, agradece a fala de Cristiano Maronna, sendo importante considerar a experiências de outros países e territórios tiveram para conseguir lidar com a questão do uso de drogas. Faz uma crítica à gestão municipal, afirmando que as experiências internacionais não foram feitas apenas com repressão policial mas sim com criação de outras alternativas. Agradece a apresentação dos dados da Operação Caronte realizada pelo conselheiro Ricardo Iasi, ressaltando a importância das secretarias estejam atentas aos dados do Estado, mencionando sua surpresa sobre dados referentes ao Governo do Estado com a prisão de pessoas por tráfico. Afirma que muitas pessoas que foram presas em 11/05/2022 foram soltas nos dias seguintes. Questiona como o COMUDA vai se posicionar diante das violências existentes no território; refere a noção de todos em relação à violência praticada pelo tráfico de drogas e como o Estado responde a isso é uma atribuição do Governo do Estado, não do município, reiterando novamente seu espanto em o município apoiar tanto essas ações do Estado. Pontua que precisamos ofertar o cuidado para as pessoas, e que estamos ofertando um cuidado através de uma internação involuntária (menciona sobre o fluxo estabelecido pela secretaria municipal de saúde de encaminhamento para internações de usuários de álcool e outras drogas, ressaltando que no mesmo a única oferta é a internação). Conta ter assistido uma reportagem com o Sr. Prefeito falando sobre as vagas e que isso é inadmissível o que tem sido proposto pelo município. Retoma os dados apresentados pelo conselheiro Ricardo Iasi, afirmando que a ampliação de 50 vagas em SIATs III até agosto/2022 e que isso não resolve o problema. Afirma que é preciso entender o que está acontecendo nos territórios, questionando o que tem sido oferecido enquanto políticas públicas nesses locais, como por exemplo em relação às crianças e adolescentes. Pontua que a



internação dura cerca de 90 dias e que depois as pessoas tem alta e muitos retornam para os mesmos locais ou imediações e que a droga vai continuar existindo e a Prefeitura continuar gastando dinheiro público com algo que já sabemos que não é efetivo. Manifesta-se afirmando que enquanto as Secretarias continuarem propondo coisas que não atendem às demandas das pessoas, não iremos avançar; que é preciso renovar e pensar em novas possibilidades, sem fazer apologia às drogas pois as mesmas sempre existiram e continuarão existindo, não adiantando querermos internar, não adianta usar força policial e não adianta a gente usar internação involuntária ou compulsória com essas pessoas. Também manifesta-se contrariamente às 22 internações involuntárias de usuários que foram encaminhados para as UPAs, AMAs e Enfermarias em hospitais gerais, pontuando o absurdo de se praticar esse modelo de internação nesses espaços. Questiona os conselheiros **Claudia Longhi** e **Ricardo Iasi** sobre quantos dos 22 usuários internados involuntariamente já voltaram para a cracolândia ou suas casas assim como quanto tempo os mesmos ficaram internados.

**Claudia Longhi** realiza uma fala realizando esclarecimentos acerca das internações involuntárias a partir da perspectiva técnica. Afirma que a internação involuntária já está como possibilidade na Lei 10.216/2001, sendo praticada indicada em situações de “risco iminente à saúde”, sendo uma indicação bastante específica e restrita a essas situações. Quanto ao fluxo de internação involuntária estabelecido pela SMS, refere-se justamente para se colocar na condição inicial única de risco iminente de vida para aquele sujeito. Refere concordar com **Michel**, sendo que a internação deve ser utilizada quando todo o resto falhou, quando não há mais possibilidade ou quando há risco suficiente que não possibilite esse indivíduo estar em serviço aberto, ambulatorial ou qualquer serviço de saúde da rede. Reitera que a internação involuntária é prevista na Lei 10.216/2002 tendo a prerrogativa de primeiro uma avaliação clínica, depois uma autorização por escrito por algum familiar ou representante legal; informa que na lei de 2019 (Lei 17089/2019) inclui outros atores, como agentes de assistência social que estejam acompanhando, quando o sujeito não tem condições de decidir sobre a própria vida. Reconhece que é uma linha tênue e delicada essa avaliação. Diz que quando nós falamos de saúde, essa não é uma ciência exata e Psiquiatria mais variáveis ainda, sendo ainda mais difícil estabelecer linhas limítrofes. Aponta que essa conduta pode ser realizada inclusive no interior de serviços como os CAPS quando isso cabe dentro do Projeto Terapêutico Singular dos usuários que são acompanhados nos serviços, onde dependendo da situação isso é um cuidado, uma assistência ofertada quando o sujeito não tem condição de decidir, pois trata-se de de uma indicação clínica. Esclarece que não quer entrar no mérito do que está acontecendo em relação aos usuários da cracolândia mas trazendo a perspectiva

técnica do que se refere a internação involuntária, podendo ser importante ampliarmos esse debate. A internação involuntária deve ser comunicada ao Ministério Público em até 72 horas, pois este é o órgão de controle que vai acompanhar e garantir a assistência dessas pessoas e que elas não tenham nenhum direito violado em suas internações. Lembra que em Comunidade Terapêutica não se faz internação involuntária, pois internação involuntária incorre em risco clínico e Comunidades Terapêuticas não apresentam corpo clínico suficiente pra isso, assim como os CAPS, ocorrendo em ambiente dentro do hospital geral, devendo ser acompanhado pela equipe que propôs a internação e a equipe que está acompanhando a internação, devendo ser realizada no período mais curto possível, menor do que os 90 dias previstos na lei 10.216/2001, devendo ser realizada em raras situações.

**Maria Angélica (É de Lei)** diz que em algumas situações, muito específicas, a internação involuntária pode ser mesmo indicada podendo contribuir para o cuidado. Esclarece sobre o histórico das Salas de Uso, sendo que a primeira do mundo foi constituída entre 1986 e 1987. Originada com o objetivo de diminuir o número de mortes por overdose mas também como um equipamento de baixa exigência que pudesse garantir àquele indivíduo que têm desvantagem de acesso às políticas públicas a aproximação de tais políticas no momento em que faria o uso de uma determinada substância. Diz que trazer essa discussão para o COMUDA é fundamental pois temos organizações que fazem parte de Universidades, poder público e autarquias, seria muito importante que uma iniciativa nesse sentido fosse realizada e monitorada, avaliada para que pudéssemos tentar transformá-la em uma política pública. Relembra que quando houve a intervenção na região da cracolândia por parte da gestão Dória em 2017, também houve o aumento de internações pois foram contratadas 400 vagas de leitos em hospitais psiquiátricos e mais um CAPS de lata ao lado do fluxo. Diz ser positivo termos equipes atuando no território dessa vez, porém esses dados só aparecem a partir de uma violência do Estado muito intensa. Coloca-se como exemplo, que se estivesse em situação de rua, onde estivesse sendo abordada não podendo ficar parada, seria óbvio que ela procuraria um lugar para se internar ou para conseguir um descanso. Sendo quase que lógico que há o aumento de procura de serviços a partir de uma violência de Estado, sendo muito triste comemorarmos esses dados, que estão sendo aumentados, a partir da violência de Estado. Afirma que a operação Caronte está servindo para o município atingir um dos objetivos que está no Plano de Metas que é diminuir o número de pessoas no fluxo. Questiona como que o atual Programa de Política de Drogas do município que é o Redenção, que deveria ser baseado no cuidado aceitou fazer parte de tudo isso, de se utilizar de uma operação de inteligência – pontuando ser importante ter essas operações – para aumentar seus números

e isso favorecer uma campanha eleitoral, sendo “ridículo” isso assim como o Prefeito falar aos moradores da região da Santa Cecília em vídeo sobre sua insatisfação pelo fato da Prefeitura ter sido convocada pelo MP (**Ofício 13/2022**) e que seria esta instituição (MP) que deveria ir ao local. Prossegue dizendo ser vergonhosa esta postura do Prefeito, sendo o próprio poder público se utilizando da máquina para usar as pessoas, os moradores que não estão a par das discussões para criar uma polarização no território e a partir dela poder inclusive desvalorizar imóveis – pois existem muitos galpões naquela região para realizar desapropriações e responder à uma necessidade de especulação imobiliária. Pontua ser muito feio um delegado da polícia civil falando, pois o mesmo não tem nada a ver com o cuidado. Ele tem que prender quem ele achar que tem que prender, seja traficante ou não, mas não pode se criar esse clamor político, convocando os moradores da Santa Cecília a clamar pela internação compulsória dos usuários do fluxo, e ainda o poder público instalando novamente um lugar emergencial ao lado de uma delegacia, estamos falando de que tudo falhou porque ninguém tentou fazer diferente, desde 2017 foi feito com violência, onde não tinha gabinete (secretaria) nenhuma conversando com as pessoas, não havia uma intersetorialidade, esta ocorrendo apenas no gabinete e aí o que se faz é mais do mesmo, com a prática de violência policial a partir da legalidade de uma operação pois assim não pode ser questionada para se conseguir atingir objetivos eleitoreiros. Menciona que a repressão existiu sim em certos países, mas existia sala de uso protegido, policiais formados em direitos humanos que orientavam as pessoas a fazerem uso (de substâncias psicoativas) nas salas de uso. Finaliza que estamos vendo toda uma hipocrisia com uma legalidade por trás.

Palavra concedida a **Jorge Arthur (ABRAMD)**, que inicia agradecendo a fala do conselheiro **Ricardo**, pois na reunião do CONED ficou confuso com a apresentação do Sr. Alexis, se questionando se havia entendido corretamente a apresentação do mesmo. Fala de sua preocupação com o aumento da escalada de violência assumida pelo município de São Paulo que é impossível não fazer a correlação com a operação Dor e Sofrimento. Lembra que está ocorrendo a compra de escopetas e fuzis para a GCM com verba parlamentar da Câmara dos Vereadores e que isso é escandaloso, quando uma GCM que têm como função a guarda do patrimônio público nessa condição de receber por verba parlamentar de um determinado Vereador e compram-se escopetas e fuzis. Traz a reflexão sobre essa compra, onde são investidos R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para a compra de armas como se o treinamento para o uso dessas armas saísse de graça assim como a manutenção de munição. Diz também ter ficado espantado com a fala do Sr. Alexis no CONED em relação ao assassinato de Douglas (usuário), dizendo ter ficado impressionado com o mesmo narrando

aos participantes que a polícia estava investigando e o policial (que efetuou os disparos) não sabia o que estava fazendo ali. Refere que é dito em alto e bom som pelos gestores que a polícia vai sim atirar para matar. Também manifesta sua indignação acerca dos dados que vieram agregados junto à operação Caronte após a violência policial. Fala da desmesura entre o contingente policial e o número de usuários na desocupação da Praça Princesa Isabel. Demonstra sua consternação ao ver a foto estampada na primeira página do jornal Folha de São Paulo de um sniper direcionando seu fuzil ao fluxo. Finaliza concordando com a fala de **Maria Angélica** e diz ficar esperando que a representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) se manifeste apresentando as ações que foram realmente efetivadas. Diz ser urgente a avaliação dos serviços de abordagem social, da participação dos serviços de abordagem social, que hoje carecem de formação, qualificação profissional e carecem inclusive da execução do trabalho com crianças e adolescentes, uma vez que hoje não existe mais separação entre esses públicos nos serviços de atenção aos mesmos, o que é muito grave.

O conselheiro **Guilherme Kortas** pronuncia-se afirmando que o espaço do COMUDA é importante para se debater propostas e saídas para problema tão complexo. Iniciando seu mandato enquanto conselheiro, manifesta-se podendo retribuir, através do GREA, principalmente com os aspectos mais científicos, médicos e que tenham evidência no tratamento. Considera ser importante nos pautarmos naquilo que se tem mais evidência científica e que possa ajudar no tratamento dos usuários. Como questão relevante, refere a possibilidade do COMUDA estabelecer associações, parcerias e proximidade com o trabalho interdisciplinar, de aproximação entre Saúde e SMADS, tentarmos uma aproximação também com a Secretaria de Habitação para se propor saídas, estratégias de mais longo prazo para os usuários. Sobre as internações involuntárias, diz que em certas ocasiões pode até salvar a vida de pessoas, como por exemplo em estados psicóticos ou ideação e risco iminente de suicídio, mas que precisa ser muito criteriosa de modo que não viole nenhum direito humano. Finaliza dizendo esperar participar e contribuir com o debate com todos.

**Marcos Muniz** retoma a palavra. Agradece o conselheiro **Guilherme Kortas**, dizendo que Coordenação Executiva esperar poder contar com ele e as novas instituições acadêmicas que compõem o COMUDA neste mandato. Refere concordar com os conselheiros **Claudia Longhi** e **Guilherme Kortas**, dizendo que ele próprio enquanto trabalhador da rede efetuou algumas internações involuntárias, junto a pacientes que se tenta todos os recursos, que se percebe que é um caso de vida ou morte que você precisa fazer alguma coisa enquanto responsável técnico pelo cuidado, pela assistência junto a um

determinado usuário, mas isso ocorre quando geralmente o usuário está vinculado a um serviço e foram esgotadas todas as outras possibilidades. Retoma que a conselheira **Claudia Longhi** trouxe a dimensão técnica sobre as internações involuntárias de uma maneira geral, global, não relacionada à situação atual e específica da cracolândia, e o que está sendo percebido pós operação Caronte é um fluxo de internações involuntárias junto a usuários de álcool e outras drogas que muitas vezes nunca foram vinculados a algum serviço. Sobre a proposta do conselheiro **Cristiano Maronna**, refere ter se lembrado de uma experiência localizada na cidade de Barcelona na Espanha, a partir de uma pesquisa de doutorado realizada sobre Gestão Autônoma da Medicação (GAM), onde existe um “Centro Cívico”, onde os próprios usuários fazem a gestão daquele espaço acompanhados de alguns agentes públicos. Diz achar importante e inovadora a proposta do conselheiro, fugindo do mais do mesmo enquanto proposição, demonstrando ser favorável a tal proposta. Coloca seu desejo em levar enquanto encaminhamento o COMUDA acompanhar de perto a situação das internações involuntárias junto ao Ministério Público. Refere que desde o início da nova gestão da Coordenação Executiva existe uma aproximação que parece ser promissora junto aos órgãos do Judiciário, onde já tivemos acesso às oitivas realizadas pelo MP no Inquérito Civil. Lembra que o MP precisa ser notificado das internações involuntárias e considera ser um caminho o COMUDA se aproximar do Ministério Público, da Defensoria Pública, de modo a acompanhar o destino desses usuários, qual é o projeto técnico, qual o projeto de cuidado pós. Referindo-se ao conselheiro **Ricardo Iasi**, diz que com todo o respeito, as críticas construtivas são super bem vindas, mas diz que não temos como saudar a operação realizada pela polícia civil que teve a prisão de diversos traficantes. Afirma que em sua concepção não resolveu nada a situação por mais que tenha prendido traficantes pois a cada momento vão se substituindo por outros traficantes. Diz ainda acreditar que se a polícia quiser acabar com o tráfico teria que acabar com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), que é a responsável por todas as bocas de fumo da cidade, inclusive a cracolândia, que sabemos disso. Diz achar que agora é hora de se tentar alternativas de fato mais ousadas, de se propor, construir ideias baseadas em outras experiências, com fundamento técnico. Diz ter feito muito sentido a fala da Profª Solange Nappo na reunião extraordinária de 19/05/2022 sobre a experiência de uso de crack, onde muitas vezes os usuários precisam estar próximos dos traficantes para atender sua necessidade, dada que a instantaneidade do efeito do crack é muito rápida, impossibilitando a pessoa de comprar e fazer uso em sua casa (quando têm) por exemplo, diferente de outras substâncias como cocaína ou maconha. É uma realidade hoje dessas pessoas, elas precisam estar próximas dos traficantes para atender seu uso. Diz que não

estamos fazendo apologia ao tráfico ou a qualquer ilicitude, mas queremos sim garantir os direitos humanos dos usuários daquele território. Diz acreditar que é esta parte que nos compete enquanto Conselho, de vermos propostas de atenção junto aos usuários que não sejam propostas de tortura encabeçadas pela polícia. Afirma considerar uma tortura o que estão fazendo com os usuários, quando estes vão aceitando internações involuntárias após estarem extenuados, quando já não tem praticamente nenhuma escolha. Finaliza propondo que o COMUDA se aproxime do MP para acompanhamento de perto da situação das internações involuntárias e diz apoiar a proposta do conselheiro **Cristiano Maronna**.

**Cecília Galício**, afirma que enquanto Coordenação Executiva, enquanto nós, representantes do Conselho, o principal fato que precisa ser criticado é que dentro de tudo o que ocorreu desde o dia 11/05/2022, é o fato do COMUDA não ter sido ouvido. Aponta que temos diversas representações secretariais e que apenas os conselheiros **Ricardo Iasi** e **Claudia Longhi** se manifestaram. Convoca a reflexão sobre qual é o nosso papel enquanto conselheiros. Diz que na apresentação do Sr. Alexis Vargas na reunião do CONED o mesmo afirmou categoricamente que ele foi a única pessoa representante do município a participar das ações estratégicas da operação Caronte. Afirma que isto está gravado para quem quiser conferir. Diz que estamos falando de uma ação policial onde o próprio município teve a participação de apenas uma pessoa, não existindo uma intersetorialidade, uma conversa democrática entre as pastas. Questiona como aceitamos enquanto município uma operação que ouviu apenas um Secretário, que as pessoas ficaram sabendo horas antes da operação acontecer sob a justificativa de uma segurança pública que sequer foi informada que o papel do município é o papel do cuidado e da assistência. Diz que a primeira coisa a ser apontada é o fato de que o COMUDA não foi ouvido, assim como todas as outras secretarias municipais que compõem o Conselho e que não tem havido qualquer articulação no que diz respeito ao cuidado e assistência das pessoas quando diz respeito às operações de segurança pública e cracolândia. Retoma a fala do conselheiro **Ricardo Iasi** e questiona o que nós podemos fazer para além da segurança pública e para muito mais além da pauta da internação involuntária, pois estamos todos lúcidos e conscientes de que as internações involuntárias ocorrem em caráter exceção e não da maneira em que estão se apresentando; sendo aplicada como exceção, serão observadas as questões jurídicas pertinentes a essa situação, tendo fiscalização do MP, médicos envolvidos (na indicação clínica para tal ato), tudo bem, mas o que estamos pensando para além das internações involuntárias, pois estamos aqui discutindo um fluxo estabelecido pela SMS que pode ter um impacto grande na segurança pública, cuidado e atenção. Questiona assim o que temos a oferecer para além da internação involuntária.

Concorda com o posicionamento do conselheiro **Cristiano Maronna**, pontuando que devemos discutir propostas para além das internações involuntárias e qual sua proposta terapêutica, qual o caminho que esses usuários estão fazendo dentro do sistema assistencial. Também questiona sobre a dimensão da prevenção, pontuando que estamos tirando as pessoas das ruas e o que tem sido feito em relação à prevenção, assim como os aparelhos públicos que estariam sendo utilizados para essa finalidade. Reconhece que estamos dentro de uma situação emergencial, mas que é necessário pensar nessa dimensão da prevenção, uma vez que a cracolândia tem quase 30 anos. Sobre os serviços de abordagem social e os serviços de assistência à saúde, refere que os trabalhadores e trabalhadoras pertencem à Organizações Sociais com contratos junto à Prefeitura assim como o vínculo no processo de cuidado junto aos usuários, enquanto questão fundamental, versando sobre os baixos salários desses profissionais diante do contexto de violência instalada no espaço mais tenso do país, sendo portanto necessário discutir como é que o COMUDA será ouvido, assim como as Secretarias e o município irão ouvir este Conselho, pontuando como é que a Secretaria de Assuntos Estratégicos irá nos ouvir, pois estamos no Conselho exatamente para isso. Finaliza reiterando seu questionamento de como é que este Conselho será ouvido e como irá participar nessas ações que dizem respeito à Segurança Pública mas que de qualquer forma também dizem respeito ao cuidado dos usuários.

A conselheira **Silvia Cazenave** inicia sua fala dizendo que esta questão da internação involuntária, remete-a a um paralelo com a lei de drogas, onde a lei atual que separou o usuário do traficante existe somente no papel, pois a polícia na hora de classificar um usuário classifica as pessoas muitas vezes como traficante, por conta de problemas concernentes à própria lei, onde não consta a quantidade de drogas prevista em lei, com uma interpretação feita pela delegacia, pelos policiais. Manifesta seu receio de que as internações involuntárias, apesar de ter um contexto médico descrito, ela passe a sofrer as mesmas consequências que a lei de drogas sofre mesmo com a separação entre traficante e usuário. Pontua que a internação involuntária não pode de jeito nenhum ser considerada enquanto política pública. Concordando com a manifestação da conselheira **Cecilia Galício**, diz que gostaria de entender melhor porque que a segurança não atua junto aos traficantes antes deles chegarem à cena de uso, pois todo o tráfico ocorre fora dali, antes de se chegar para comercialização no fluxo. Reitera que aquelas pessoas estão precisando de cuidado, o que é muito diferente da necessidade que ela têm, que é emergencial, como mencionado, em referência à própria Profa. Solange Nappo, onde a precisa mesmo de assistência. Também relata seu espanto quanto à foto do atirador de elite nos jornais apontando para aquelas pessoas, concentradas em grande

quantidade, e que lhe causa espanto saber que apenas 22 pessoas foram internadas involuntariamente. Diz que a epidemiologia e estatísticas são importantes, mas refere uma experiência profissional na região de Campinas-SP onde as pessoas demandavam internações voluntárias mas que o pedido não era relacionado ao uso de álcool e outras drogas, mas sim por outros motivos, como por conta de brigas e situações de risco, falta de moradia, sendo percebido à época que a necessidade era assistencial, prevenção, cuidado em saúde e, neste sentido, concorda com a proposta apresentada pelo conselheiro **Cristiano Maronna**, onde se possa estudar uma medida diferente, pois realmente não dá para fazermos as mesmas coisas durante 30 anos e que pode dizer isso pois atua tanto quanto este período na área, participando inclusive da primeira gestão do então Conselho de Entorpecentes, se colocando reafirmando que devemos buscar um espaço de cuidado onde tivessem os cuidados desde documentação até os cuidados em saúde, até mesmo talvez avaliar a necessidade de uma internação, tendo que ser construído inclusive com os usuários e que isso não impede a segurança de agir de acordo com a legislação. Finaliza afirmando que precisamos realmente propor alguma mudança e que a ideia de se criar um espaço é um caminho que temos visto em algumas cidades pelo mundo.

O conselheiro **Décio Perrone** considera ser de suma importância a discussão que está sendo feita em relação à situação atual com a execução da política municipal, merecendo um debate, principalmente o Conselho merecer um esclarecimento, acreditando esse ser um eixo a ser percorrido pelo COMUDA e que o Conselho irá atuar. Lembra que na reunião extraordinária ficou do COMUDA acompanhar do Inquérito Civil e as oitivas (suspensas no momento) realizadas pelo Ministério Público, sendo esta uma linha fundamental por parte do Conselho. Entretanto, aponta outra possibilidade que o Conselho pode atuar. Refere que o Conselho está organizado, estruturado, existindo hoje uma posição bem maior para o debate e que São Paulo pode ser um precursor através deste Conselho. Lembra que quando chegou na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania no ano de 2018, foi conhecer o fluxo por dentro, visitando o local as vezes com a equipe do Programa Redenção, as vezes não, e que de cara se percebe que aquilo ali é uma grande sala de uso, em alguns aspectos uma sala de uso com alguma proteção até. Diz que foi pensando e discutido em equipe, chegando a conversar com algumas pessoas no sentido de superação do que temos hoje. Afirma que chegou a conversar com um Defensor Público da área de Direitos Humanos, atuando na perspectiva de ampliar o diálogo com o poder judiciário, com o Ministério Público na possibilidade de se pensar alternativas. Remonta à fala da conselheira **Silvia Cazenave**, pontuando as limitações da legislação (se referindo à lei de drogas 11.043) e indaga sobre o



que pode ser possível diante da legislação vigente. Diz que o COMUDA têm um potencial enorme, pois ele não é poder público mas também não é a sociedade civil, ele é as duas coisas, e isso imprime a ele um baita potencial de mobilização e de discussão, sendo assim, o outro eixo que o Conselho deveria seguir seria nessa linha de criar um planejamento de proposições e de movimentação de criação de possibilidades de alternativas. Diz que um espaço de acolhimento seguro é um deles, mas diz também não achar que devemos criar um documento e simplesmente entrega-lo aos responsáveis por implementarem as políticas públicas, não funcionando por aí. Acredita que o Conselho pode criar uma densidade de discussões, chamando alguns convidados, fazendo algumas exposições públicas por exemplo, tendo que fazer um debate sério sobre a legislação vigente. Acentua que está falando do município de São Paulo, mas nosso município é um irradiador, podendo ser um irradiador para outros lugares, outros Conselhos por exemplo. Diz ver que estamos no momento perfeito, no momento certo de atuar fortemente nesse eixo também, de se criar uma forma de elaborar proposições com setores da sociedade que podem dar densidade para uma proposta dessa, para uma proposição operativa, em se pensar em como avançar no que já existe. Refere que a Coordenação de Política de Drogas da SMDHC está estudando a temática e que já conversou com algumas pessoas no ano passado; estão fazendo levantamento de como esta a situação nos outros países; primeiro levantaram os aspectos legislativos e agora estão investigando essa problemática, de como os outros países estão tratando desse cuidado máximo. Reitera achar que o Conselho pode seguir neste caminho, de planejar um movimento que redunde em proposições, não apenas como o espaço de acolhimento, mas também outras questões críticas como a legislação vigente e que esta merece uma abordagem por parte do COMUDA. Diz que daqui a alguns meses teremos uma mudança forte na política nacional e que São Paulo pode se antecipar de questões que possivelmente surgirão lá na frente. Finaliza dizendo que queria trazer isso, desses dois eixos, a questão da situação atual mas também promover um movimento, chamando as pessoas, chamando gente de peso, que está há anos discutindo a temática, autoridades, entidades acadêmicas, diferentes atores de cada setor para que se crie uma coisa que promova mudança que poderíamos conduzir diante dessa realidade que vivemos hoje em dia não apenas em nosso município mas em todo o Brasil.

A conselheira **Maria Izabel** se apresenta para quem não a conhece; conselheira pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores de São Paulo, atuando no gabinete da Vereadora Erika Hilton, em conjunto com a também assessora Patrícia Borges que acompanhará e contribuirá com as discussões do Conselho. Inicia sua fala informando ter alguns questionamentos e afirmando que o que vem ocorrendo na cracolândia é desumano.

Refere que o aumento das internações voluntárias pode ser decorrente de uma situação de violência existente nas ruas contra os usuários, utilizando como exemplo que preferiria internar-se voluntariamente ao ser atacada com spray de pimenta pela polícia. Também considera outros fatores como a falta de moradia e cuidado que podem levar um usuário a concordar em internar-se voluntariamente. Questiona sobre os custos da Prefeitura junto a cada internação e se esses valores não poderiam ser redirecionado para outras práticas que sejam mais humanas de cuidado. Considera muito importante saber quanto custa cada internação voluntárias, quanto custa tudo isso. Refere ter atuado como Orientadora Socio-Educativa de abordagem de rua e que nunca teve uma formação para poder lidar com os usuários, e que ela que teve que procurar e fazer a própria formação, mas acentua que muitos profissionais não tem qualificação necessária para atuarem neste campo, considerando a importância desta questão de qualificação profissional e técnica dos profissionais que atuam na área para cuidar dos usuários.

**Patrícia Borges** se manifesta sobre a internação involuntária; pontua que as mesmas são aquelas que ocorrem sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiros, que são pessoas responsáveis no território pelos usuários. Fala da gestão desumanizada, ou seja, onde os direitos das pessoas não tem valia, e também de outra forma que a família se torne responsável e chegue aos locais e demande a internação involuntária, abrindo precedentes para mais barbáries, mais tortura para com esses corpos que já são desumanizados, que já estão à margem. Diz que precisamos de alguma forma fazer algo com que essas pessoas queiram estar, tomando como exemplo sua própria história. Refere que não basta a pessoa ficar internada por até 90 dias se a pessoa não quiser a própria mudança, pois quando voltar da internação pode voltar à mesma situação anterior, e o quanto isso vai custar dinheiro aos cofres públicos. Aponta que mais uma vez estamos falando políticas que não são debatidas entre pares, entre pessoas que estão em situação de drogadição, se realmente elas querem ser, pois é sempre de cima para baixo, deixando essa provocação para todos presentes, grupos e instituições, que a gente consiga alguma forma de tentar encontrar caminhos e tentar possibilidades para que isso não ocorra, pois estamos falando de pessoas em situação de vulnerabilidade. Destaca que estamos chegando na época do frio e questiona como será a tortura para com essas pessoas ao pegarem e jogarem em um espaço (em referência às internações involuntárias), os fiscais e o tratamento dessas pessoas. Refere que estamos regredindo neste momento diante do processo de Reforma Psiquiátrica. **Maria Isabel** finaliza sua manifestação afirmando que precisamos dar um jeito de escutar os usuários, sendo um aspecto muito importante no campo das políticas públicas.

A conselheira **Alcione Moreno** se posiciona sugerindo duas vertentes que considera importantes. A primeira o fortalecimento da rede de atenção aos usuários, afirmando que quando a rede funciona em determinado território as coisas funcionam muito bem. Desde a área da Infância, que anda esquecida, com os CAPS IJ, os jovens, toda a rede de atenção e intersetorial (moradia por exemplo), pontuando que quando se consegue fazer (a rede de atenção e intersetorial) funciona, dá certo. Sugere o fortalecimento da rede intersetorial, interdisciplinar para um melhor atendimento à população. Como segundo ponto fundamental, **Alcione** considera o COMUDA colocar em prática os pontos elencados no Relatório Final da 7ª COMPAD. Refere sobre o trabalho, empenho e dedicação de componentes do Conselho e beneficiários, onde foi produzido importante material, publicado e que chegou o momento do COMUDA colocar em prática as deliberações da mesma, podendo ser um excelente trabalho que o COMUDA pode fazer para a sociedade como um todo.

**Michel (PBPD)** retoma o ponto das internações involuntárias. Afirma ter sido muito boa a explicação da conselheira **Claudia Longhi** e que não é contra as internações involuntárias, mas sim contra elas se tornarem política pública de cuidado para os usuários no município. Refere ser importante lembrarmos e não perdermos o foco que precisamos de fato trabalhar com prevenção e fortalecimento dos serviços e da rede de atenção psicossocial. Assim como **Alcione**, diz que é preciso relembrar da 7ª COMPAD, pegar todas as propostas aprovadas e discutidas desde as pré-conferências. Informa que as planilhas com as deliberações das pré-conferências não constam no site do COMUDA e solicita inclusão das mesmas no sítio do Conselho para que todos possam ter acesso às informações. Propõe de seguirmos na discussão de um serviço ou espaço de uso supervisionado além de propor mais informações a serem dadas por conselheiros da sociedade civil e secretarias, que participaram da votação para a Secretaria Executiva mas ainda não se manifestaram sobre o que essas entidades ou pastas estão fazendo acerca das políticas sobre álcool e outras drogas no município. Devido a isso, solicita que o Conselho convoque o Comitê Gestor da Política Municipal para participar do COMUDA. Lembra que a Coordenação do Comitê Gestor é o Secretario Municipal de Governo. Por fim solicita que seja criado um Grupo de Trabalho ou comissão onde possamos discutir e acompanhar sobre as internações involuntárias.

O Presidente **Marcos Muniz** retoma a palavra. Diz que a primeira deliberação deste coletivo é que esta política está errada e não dá certo, sendo que todos que se manifestaram foram nesse sentido. Pontua que o conselheiro **Ricardo Iasi** trouxe alguns dados positivos mas que o entendimento geral foi nessa linha, solicitando ser corrigido se estiver enganado. O Conselheiro **Ricardo Iasi** corrige o Presidente, informando que a posição dos representantes

do poder executivo não foi essa, de que não consideram a política atual adequada. **Marcos Muniz** questiona então se o respectivo conselheiro está afirmando que a política atual vem dando certo a partir da operação Caronte, ao passo que **Ricardo Iasi** confirma tal posicionamento, trazendo mais uma vez não ser correta a afirmação de que todos os conselheiros consideram que a política municipal atual não está adequada, afirmando que vários se manifestaram nesse sentido. **Marcos Muniz** ratifica então sua colocação mas coloca que de todo modo tivemos o contraponto no plenário de muitos atores e segmentos entendendo de maneira contrária. A partir disso, propõe a deliberação dos encaminhamentos da reunião ordinária dentro do que foi discutido.

### **Encaminhamentos:**

- 1) Formação de GT ou grupo para acompanhar junto aos SIATs o fluxo de cuidado dos usuários pós operação Caronte;
- 2) Acompanhamento das internações involuntárias junto ao Ministério Público;
- 3) Participação do COMUDA nas reuniões do Comitê Gestor da política municipal (ao invés de convidar a coordenação do respectivo Comitê para participação das reuniões);
- 4) Criação de GT para a proposta de espaço de uso supervisionado e levantamento de referências internacionais de propostas semelhantes;
- 5) Retomada dos pontos da 7ª COMPAD;
- 6) Criar proposições para formação e qualificação profissional de trabalhadores da área assim como estratégias de fortalecimento da participação dos usuários na construção das políticas públicas da área.

Não havendo objeções, é declarado o encerramento da reunião.

Quem assina esta ata é o Presidente da Coordenação Executiva do COMUDA-SP,  
Marcos Muniz de Souza.